

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

KLEBER SHIMOMUKAY

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES COMO
TECNOLOGIAS GERADORAS DE BEM-ESTAR**

**Porto Alegre
2012**

KLEBER SHIMOMUKAY

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES COMO
TECNOLOGIAS GERADORAS DE BEM-ESTAR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Stefano Florissi

Porto Alegre

2012

KLEBER SHIMOMUKAY

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES COMO
TECNOLOGIAS GERADORAS DE BEM-ESTAR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Stefano Florissi – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Júlio César de Oliveira
UFRGS

Prof. Me. Leandro Valiati
UNISINOS

Aos meus pais, por todos os verões

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai, Walter, que me mostra a cada dia a importância da obstinação e perseverança para realização dos nossos sonhos.

À minha mãe, Anita, que esteve do meu lado em toda a caminhada, mesmo quando eu não sabia para onde ela levava.

Aos meus professores, que dedicam a vida a ensinar e, de alguma forma, contribuíram para a minha formação acadêmica. Em especial ao Professor Stefano, que me ensinou a ser apaixonado pela Economia e seus intermináveis campos de estudo.

Às minhas irmãs, Rafa e Rose, que me ajudaram, algumas vezes mesmo sem saber, a permanecer firme, mas sempre carinhoso e com bom humor.

Aos colegas de trabalho que tive na Equilíbrio e na Gerdau, que me ensinaram o valor do respeito e do trabalho em equipe.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Faculdade de Ciências Econômicas, que proporcionam ambientes propícios para a geração de conhecimento, ampliação das experiências, formação de capital humano e fomento de inovações de forma ímpar.

E aos meus amigos, pois com eles compartilhei angústias, alegrias, tristezas e risadas. Sem essas amizades que tanto prezo, esta trajetória não teria o mesmo significado para mim.

“Um homem sério tem poucas ideias. Um homem de ideias nunca é sério”

Paul Valéry

RESUMO

A preocupação com o desenvolvimento e bem estar nas cidades é uma questão legítima para as Ciências e as pessoas, devido ao mundo massivamente urbano que o ser humano constrói. Este trabalho, portanto, tem como objetivo analisar como as cidades podem ser uma importante ferramenta capaz de gerar bem-estar para a sociedade. Por isto, primeiramente foi necessário definir o conceito de bem-estar, com ênfase na abordagem de Amartya Sen das liberdades substantivas. O trabalho então discute algumas das diferentes formas de geração de bem-estar dentro de uma cidade e como isso afeta a vida das pessoas. Por último, analisa-se o que este trabalho identifica como a principal vantagem da proximidade humana, a acumulação de capital humano.

Palavras-chave: Bem-Estar, Cidades, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Socioeconômico

ABSTRACT

Concern about development and welfare issues in the cities is legitimate for the Science and the people, due to the massively urban world that the human being is building. Thus, this work aims to analyze how the cities can be an important tool capable of provide welfare for the society. Thereunto , firstly was necessary to define the concept of welfare, with emphasis on the analysis of freedoms, proposed by Amartya Sen. This work, then, discusses some of the several ways of providing welfare in a city and the forms that can affect people's life. Lastly, this study analyzes what has been identified, according to this paper, as the main advantage of human proximity, the accumulation of human capital.

Keywords: Welfare, Cities, Urban Development, Socioeconomic Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comportamento da Utilidade Total e Marginal.....	23
Gráfico 2 – Urbanization and per capita GDP across countries as % of base year, 1960-2010	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre IDH e grau de urbanização.....	33
Quadro 2 - Comparação da liberdade de imprensa, urbanização e IDH	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 BEM-ESTAR NOS ESPAÇOS URBANOS: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	16
2.1 A Cidade como uma Tecnologia	16
2.2 O Conceito de Bem-Estar	19
2.2.1 A Visão Welfarista: do Utilitarismo Clássico à Revolução Marginalista.....	19
2.2.2 A Visão não Welfarista de Sen e sua Contribuição para a Análise do Bem-Estar.....	24
2.2.3 Liberdades, Utilidade e Bem-Estar.....	26
2.3 Prosperidade Urbana	28
2.4 Considerações Finais	31
3 FONTES DE BEM-ESTAR E OS BENEFÍCIOS DA PROXIMIDADE	32
3.1 A Influência dos Custos de Transporte	34
3.1.1 Os Custos de Transporte dos Indivíduos.....	36
3.2 <i>Spillovers</i> Informacionais e o Papel da Produtividade	37

3.3 Ampliação das Liberdades	40
3.3.1 Cidades, Mercados e Liberdades.....	42
3.3.2 Liberdades e Pobreza nas Áreas Urbanas.....	45
3.4 Considerações Finais	46
4 A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO PARA A PROSPERIDADE DAS CIDADES	48
4.1 O Papel da Cultura para a Formação de Capital Humano e Bem-Estar	50
4.1.1 Economia, Cultura e Globalização.....	51
4.2 A Força da Criatividade nas Cidades	54
4.2.1 Conceituando Cidades Criativas.....	55
4.2.2 Cidade Criativa: uma Cidade Próspera.....	57
4.3 Considerações Finais	59
5 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1 INTRODUÇÃO

Segundo os manuais, a Ciência Econômica é definida como o estudo das alocações de recursos limitados em um ambiente de necessidades infinitas. Ainda que verdadeira, esta definição pode omitir que, mais que apenas o estudo da distribuição da produção e riqueza, a Economia é uma ciência que estuda formas de melhorar a vida das pessoas. Por essa preocupação com a vida do ser humano, a Ciência Econômica preocupa-se, também, com o fenômeno da rápida urbanização no mundo.

Entre a quarta e a quinta década do século XXI, três em cada quatro pessoas viverão em cidades (NAÇÕES UNIDAS, 2012). Por isso, estudar a importância dos espaços urbanos para melhorar a qualidade de vida das pessoas ou, em outras palavras, gerar bem-estar, é imprescindível para atender diversas questões que navegam desde o entendimento dessa nova sociedade massivamente urbana até à formulação de políticas públicas.

As cidades são instituições que triunfaram. É impossível pensar no mundo moderno sem citar o papel das cidades. Elas são o reflexo da sociedade e do sistema de governança do país e da região em que se situam. São políticas públicas e privadas se materializando e tornando-se visíveis. Desta maneira, enxergar as cidades como peças fundamentais na criação de bem-estar para as pessoas pode ser o primeiro passo para enfrentar os problemas que podem surgir com a urbanização acelerada.

Amartya Sen (2010) traz à tona um conceito mais amplo de bem-estar. Para o autor, bem-estar estaria ligado às liberdades que as pessoas desfrutam para levar uma vida calcada em um amplo conjunto de escolhas. Isso envolveria, mais que uma análise positiva da economia, um valor normativo, em que o espaço para discussão para a construção da sociedade também seria considerado. Neste contexto, este trabalho abordará alguns significativos fatores que fazem das cidades importantes centros geradores de bem-estar e que também atuam como formas de diminuição das privações do ser humano.

A Economia, na sua forma clássica, estuda o bem-estar como o conjunto de tomadas de decisões que trará o maior nível de satisfação para as pessoas. Dada a uma alocação inicial dos recursos, seria necessário saber qual a melhor forma de produzir e distribuir a riqueza dentro do mecanismo de mercado. Esta análise tem o mérito de considerar a interação de diferentes pessoas e os seus respectivos desejos pela satisfação como elemento fundamental para a maximização de bem-estar. Porém, algumas vezes, os indivíduos não possuem as bases informacionais desenvolvidas o suficiente para que suas respectivas funções de utilidade captem recursos como experiências humanas, cultura e a criatividade, aspectos que, segundo esta investigação, precisam ser considerados para a análise do bem-estar.

A urbanização e a densidade urbana agregam valor. Para as Nações Unidas (2012), em um compacto e bem planejado mundo, os investimentos em infraestrutura urbana trazem um retorno maior quando comparado o custo-benefício em relação às áreas rurais ou estritamente industriais. Até para os menos abastados, as cidades podem trazer benefícios, mesmo quando se imagina que estes se encontram à margem do desenvolvimento. Espaços urbanos, além da gama de serviços e bens públicos disponíveis, fomentam cultura, participação política e social e possibilitam maiores oportunidades, ou seja, ampliam as liberdades, elementos fundamentais para o desenvolvimento humano.

Em alguns países da Europa ocidental, as cidades sobreviveram a difíceis tempos, como a era industrial, onde poluição, falta de infraestrutura e segurança assolavam as áreas urbanas. E hoje, estas mesmas cidades, crescem de maneira sustentável, organizada e com altos níveis de desenvolvimento. Da mesma maneira, as aglomerações urbanas dos países em desenvolvimento atuais crescem a uma alta velocidade, demonstrando ser, no mínimo, alternativas possíveis para o caminho da prosperidade.

Dentre os inúmeras vantagens da densidade populacional, talvez a maior delas resida na concentração de capital humano. Quando pessoas altamente capacitadas e talentosas têm a liberdade de se conectar via um espaço urbano, que valoriza as liberdades humanas e aumenta o poder de tomar decisões conscientes, cresce a possibilidade de se surgir inovações devido ao fluxo de ideias. Ainda que todas as cidades de sucesso apresentem suas próprias características e

particularidades, todas apresentam em comum um refinado, intelectual e altamente capacitado capital humano.

Ao longo desta investigação, serão visitadas as principais fontes de vantagens da forma de organização em urbes para o homem. Assim, será possível entender um importante paradoxo que paira sobre a discussão acerca dos centros urbanos no mundo globalizado – enquanto os custos de transporte, de se obter informações e comunicação caem continuamente, configurando o fim das grandes distâncias impeditivas, a proximidade humana parece tornar-se cada vez mais valiosa. E as cidades, maiores.

Sendo assim, partindo da hipótese de que os centros urbanos constituem uma forma de organização humana que apresenta vantagens para os agentes quando comparadas a outras maneiras, como áreas rurais ou fundamentalmente industriais, este trabalho focar-se-á na análise das formas de se gerar bem-estar para a sociedade e os indivíduos dentro deste espaço físico chamado cidade. Também procurará discutir o tema das cidades como uma forma de se criar desenvolvimento econômico e social de forma eficiente, que permita que as pessoas desfrutem de uma vida a qual possam julgar desejável, dentro de um amplo conjunto possível de escolhas.

Por isto, este estudo não se concentrará no enfoque da Economia Urbana tradicional, ainda que o presente trabalho apresente alguns conceitos relevantes acerca do tema. O arcabouço teórico trabalhado por este campo de estudo, talvez, não se verifica como o mais adequado para atingir os objetivos aqui propostos.

Desta forma, no segundo capítulo, será realizada uma investigação sobre conceitos importantes que serão necessários para o entendimento do trabalho. Será discutido como os cientistas econômicos conceituam bem-estar, com uma breve revisão bibliográfica acerca do tema, prosperidade econômica e o que se quer dizer quando se fala que uma cidade deve ser encarada como uma tecnologia que gera bem-estar.

Já no terceiro capítulo, será discutido as formas pelas quais os espaços urbanos geram bem-estar. Em outras palavras, quais são as fontes que geram desenvolvimento dentro de uma cidade e como elas afetam as pessoas.

E, por último, no quarto capítulo, discorrer-se-á sobre a importância do capital humano para o sucesso de uma cidade e qual a sua implicação para o processo de

desenvolvimento sobre diferentes óticas, como a da Economia da Cultura e da Economia da Criatividade.

2 BEM-ESTAR NOS ESPAÇOS URBANOS: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A análise do bem-estar nas cidades é uma preocupação inerente ao homem moderno. Conforme Cohen (2009), a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹, promovidos pelas Nações Unidas, dependerá de como os países conseguirão administrar as complexas redes de interações que ocorrem nas cidades. A importância das discussões sobre o papel das cidades como promotoras de qualidade de vida e desenvolvimento fica cada vez mais evidente no mundo urbanizado e globalizado habitado pelo ser humano.

Aproximadamente metade da população mundial reside em 2% da superfície terrestre ocupada pelas cidades (BURDETT E RODE, 2011). Neste vasto mundo, o ser humano decide viver próximo uns aos outros.

A vida em conjunto é uma das principais características do homem. Os benefícios da proximidade são inúmeros. Porém, frequentemente vê-se cidades que parecem não dispor nem mesmo das condições básicas de sobrevivência. O que leva uma cidade ao sucesso? Como fazer as cidades promoverem melhorias sociais e econômicas? Para responder estas perguntas, primeiramente, é necessário entender alguns conceitos que permitirão enxergar as cidades sobre outra perspectiva - mais que um espaço de densa aglomeração de pessoas, elas constituem uma ferramenta capaz de gerar bem-estar e desenvolvimento.

Neste capítulo, portanto, serão revisitados os aspectos conceituais sobre bem-estar e prosperidade humana, bem como breves *insights* históricos que ajudarão a dar sustentação à perspectiva da interpretação das cidades como geradoras de bem-estar.

2.1A Cidade como uma Tecnologia

¹ Para obter mais informações acerca dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio consultar: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>

As cidades sempre foram cenários de grande parte das experiências humanas ao longo da história. Sendo elas um complexo socialmente construído, centros de grandes inovações tecnológicas e culturais, as urbes estão sempre em um contínuo processo de dinamização e transformação, fruto do contexto socioeconômico em que estão inseridas. Tal processo de renovação e transformação urbana permite a criação de uma complexa rede de interação social e econômica amplamente desenvolvida.

A primeira aparição da forma de organização que hoje chama-se de cidade remete à Mesopotâmia, aproximadamente 3000 a.C. (REIS, 2012), que seria um importante centro de troca de excedentes agrícolas. Como é possível perceber, a habilidade e necessidade humana de trabalhar de forma colaborativa em espaços de grande densidade populacional não é recente. Por séculos, ideias, inovações e conhecimento se espalharam de indivíduo para indivíduo, trazendo avanços na área da indústria, com novos métodos de produção, à filosofia e cultura.

De acordo com Pardo (2011), desde o início, a cidade surgiu como uma arquitetura social cujas características são tomadas por ideias de complexidade e diversidade. Esses dois conceitos são essenciais para fomentar processos criativos, nos quais as trocas de experiências, pensamentos e diferentes interpretações da realidade são forças motrizes inovadoras.

Assim como a forma de organização em centros urbanos não é algo novo, as suas inúmeras contribuições para o homem são igualmente antigas. No sexto século a.C., Atenas dificilmente seria considerada como o centro intelectual do mundo. Os maiores pensadores gregos viviam sob os limites da diáspora grega, na Ásia Menor, distantes, ainda, da democracia ateniense. A economia da cidade, por sua vez, centrava-se na troca de vinhos, azeite de oliva e algumas especiarias. Atenas apenas consolidou seu poder quando conduziu a resistência grega das invasões persas. Como um novo, rico e efervescente porto seguro, a cidade atraiu pessoas amedrontadas pelas guerras na Ásia Menor – muitas delas as mentes mais brilhantes de sua época. Assim surgiu a primeira geração de intelectuais atenienses, com a interação de pessoas que possivelmente influenciaram Péricles e Sócrates, seu discípulo Platão e, posteriormente, Aristóteles. Este glorioso período não presenciou apenas a criação da Filosofia ocidental, mas também as artes, a

matemática e diversos ramos do conhecimento foram importantes semblantes de Atenas. A cidade floresceu devido a uma série de pequenos eventos aleatórios que se multiplicaram através da interação urbana. A causa principal para o sucesso de Atenas talvez seja um mistério, mas o processo é claro. De acordo com Glaeser (2011), ideias se movem entre as pessoas dentro de densos espaços urbanos, e esse intercâmbio de experiências ocasionalmente cria “milagres da criatividade humana”.

Da mesma maneira, Florença da Renascença pode ser encarada como outro grande exemplo. O conhecimento gerado por esta cidade trouxe *booms* nas artes e cultura, medicina, engenharia e arquitetura. E a riqueza da cidade geralmente era provida por atividades bancárias e o comércio. O que é preciso entender, de fato, mais do que as peculiaridades de cada centro urbano, é como a proximidade humana pode propiciar tecnologias capazes de permitir transações socioeconômicas desejáveis em uma sociedade. Em outras palavras, o desafio é conseguir entender como o processo de interação nas urbes pode ser um exímio gerador de bem-estar.

É neste ponto que se torna necessário olhar as cidades, mais que simplesmente aglomerações de pessoas em uma limitação geográfica, como uma ferramenta poderosa capaz de gerar bem-estar e desenvolvimento. O termo tecnologia, como aqui empregado, não está se referindo a uma descoberta tecnológica ou o uso de máquinas em uma estrutura física, mas sim a um processo de organização que pode gerar benefício para as pessoas.

As interações humanas, as novas ideias, os grupos políticos e as explosões culturais são exemplos de como é variada a criação de estoque de capital urbano de uma cidade. Analisar este processo como uma forma de ampliar a capacidade de escolhas das pessoas, de aumentar rendas agregadas e individuais, de prover felicidade e outros tantos aspectos é, em última instância, enxergar a cidade como uma tecnologia capaz de gerar bem-estar para a sociedade em questão.

Enxergar cidades como uma tecnologia implica, necessariamente, entender que elas trabalham como formas para gerar bem-estar e promover o desenvolvimento. Por isto, cidades vistas como tecnologias ressaltam a importância do aprofundamento das discussões das questões nos espaços urbanos em que estas são consideradas soluções e não parte dos problemas.

2.2O Conceito de Bem-Estar

Para discutir como as cidades podem atuar como formas de se gerar bem-estar para a sociedade, primeiro deve-se definir o que vem a ser bem-estar. A avaliação de bem-estar, em economia, é tradicionalmente analisada através de dois tipos de abordagens: a chamada *welfarista*, onde há a ideia de geração de renda para combater à pobreza; e a abordagem *não-welfarista*, que defende que o combate à pobreza não deve limitar-se à manutenção de níveis mínimos de renda e utilidade, mas ocupar-se também em explorar outras variáveis, como as liberdades desfrutadas. Por isso, para estudar aquilo que este trabalho se propõe é razoável primeiramente verificar o que se quer dizer quando os economistas se referem a bem-estar.

A visão welfarista de bem-estar está ancorada nos micro-fundamentos da economia clássica, onde os julgamentos de juízo são baseados basicamente na utilidade gerada. Para entender esta abordagem, será analisada a contribuição utilitarista para a formulação deste conceito. A visão não-welfarista, que tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões acerca do tema, será visitada, neste trabalho, na forma dos conceitos formulados por Amrtya Sen (2010), em sua análise do caráter multidimensional do bem-estar.

2.2.1 A Visão Welfarista: do Utilitarismo Clássico à Revolução Marginalista

Sob a ótica da economia tradicional, utilidade é um termo que está ligado ao sentido de bem-estar e felicidade. Por isso, torna-se imprescindível a discussão sobre o Utilitarismo. O Utilitarismo é uma escola de pensamento econômico contemporânea do Iluminismo europeu, que tem como premissa básica que todas as

ações do homem reduzem-se a um único objetivo – maximizar sua utilidade. Esta escola, advinda de um conceito hedonista de que o prazer é a finalidade da vida, mesmo que admita que o egoísmo do homem coloca-se sobre os outros interesses coletivos, traz à tona, com alguns autores, uma ética pela promoção do maior nível de felicidade para o maior número de pessoas, e que nem sempre a busca pelo prazer pessoal promove a felicidade geral.

Jeremy Bentham, um dos principais nomes do utilitarismo, defende em sua obra *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* que as ações humanas seriam resultantes de decisões racionais que levariam em conta os seus lucros, o prazer; e seus custos, o sofrimento. Para Bentham (1989, pag. 86):

A natureza colocou a humanidade sob o domínio de dois mestres soberanos: o sofrimento e o prazer. Só eles podem mostrar o que devemos fazer, bem como determinar o que faremos [...] O princípio da utilidade reconhece esta sujeição e aceita-o como fundamento.

A interpretação dualista da motivação humana foi alvo de críticas ao sistema de Bentham, como a dificuldade de se mensurar e comparar estados de utilidade – não havia mecanismos confiáveis para saber qual agente possui mais utilidade com precisão. Ou ainda, quando remete toda a vontade humana a simplesmente os estados de prazer e dor, a visão utilitarista de Bentham poderia não permitir a diferenciação entre homens e animais.

Após a segunda metade do século XIX, influenciados pela escola utilitarista fundada por Bentham, William Stanley Jevons, Carl Menger e León Walras apresentam a mais elaborada teoria sobre a economia do livre mercado, a economia do *laissez-faire*. Seus trabalhos, publicados no início da década de 1870, apresentaram uma teoria condizente com uma análise utilitarista que foi considerada uma revolução no pensamento conservador econômico.

As obras de Jevons, Menger e Walras, considerados os pais da economia neoclássica, deram prosseguimento à perspectiva individualista e utilitarista de outros pensadores como Bentham, mas trouxeram avanços conceituais e analíticos importantes. O significado do “marginalismo”, introduzidos por estes três importantes autores, permitiu que conseguissem demonstrar com profundo rigor matemático

como a utilidade determinava os valores. Embora isto fosse defendido por outros teóricos do utilitarismo como Bentham, Say e Bastiat, eles não haviam demonstrado o porquê. Hunt (2005 pag. 238) afirma que:

Jevons, Menger e Walras formularam a teoria do valor-utilidade que permanece como cerne da economia ortodoxa neoclássica até hoje. Não há dúvida de que, por terem sido os primeiros pensadores a propor uma teoria do valor-utilidade coerente com a perspectiva filosófica utilitarista, os economistas conservadores [...] referiam-se a década de 1870 como um divisor de águas entre a Economia clássica antiquada e a Economia neoclássica moderna e científica

A contribuição dos pensadores da chamada “revolução marginalista” deu significativa ênfase para o rigor lógico. Cada autor formulou uma solução coerente em termos matemáticos para demonstrar que o valor dos bens advém da utilidade e não do trabalho, como pensavam os economistas clássicos como Adam Smith.

Jevons, em *Teoria da Economia Política*, de 1870, introduziu a noção de marginalismo na sua forma de pensamento utilitarista. De sua obra, seguiu-se a seguinte equação $UT = f(Q)$, que simplesmente diz que a utilidade total (UT) tem alguma relação com a quantidade consumida (Q). E, considerando a seguinte igualdade matemática para a relação dos preços e utilidades marginais entre dois bens: $UM_x/UM_y = P_x/P_y$ - onde UM representa utilidade marginal e P, os preços - obtém-se o fundamento para uma teoria de troca baseada na utilidade.

O princípio da troca justa, livre e espontânea, que supõe indivíduos racionais maximizadores, mostra que quando estes indivíduos atribuem diferentes graus de utilidade para os mesmos bens, o intercâmbio de mercadorias acontece de acordo com a seguinte formulação matemática de Jevons: $UM_x/P_x = UM_y/P_y$. Esta ideia contém, implicitamente, o princípio da harmonia social que, segundo os economistas neoclássicos, seria inerente ao sistema capitalista. Jevons¹ (1970) argumenta que:

¹ JEVONS, Willian Stanley. *Theory of Political Economy*. 2. ed. Baltimore: Penguin, 1970. *Apud* HUNT, 2005, p. 242.

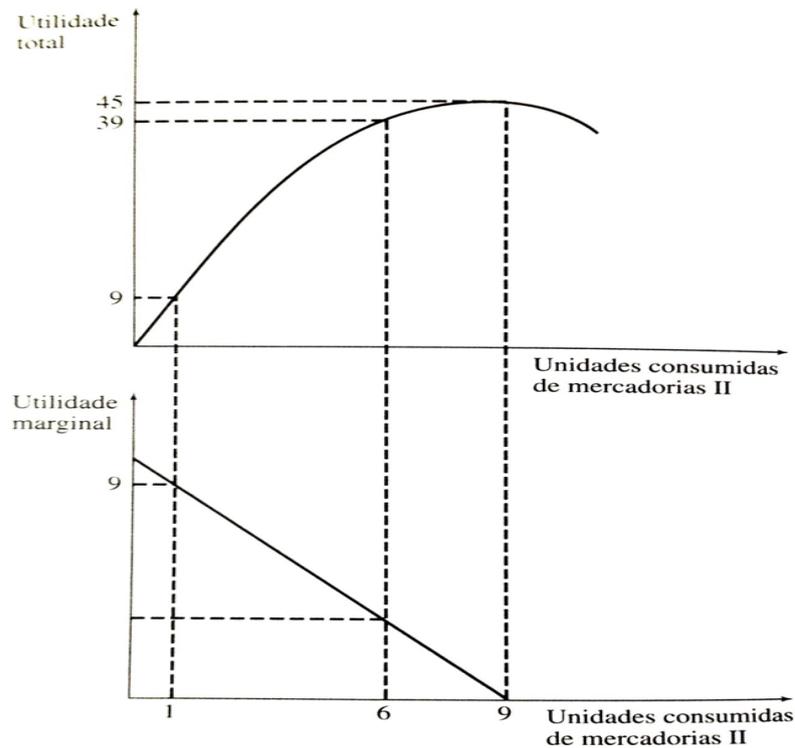
Quem paga um preço alto tem de estar precisando muito do que está comprando ou precisando pouco do dinheiro que paga; qualquer que seja o caso, existe um ganho na troca. Em questões desse tipo, só existe uma regra que pode ser estabelecida como segurança: a de que ninguém compra, a não ser que espere uma vantagem com essa compra; portanto a perfeita liberdade de troca tende a maximizar a utilidade da sociedade.

A construção teórica do marginalismo contou com diversas e sofisticadas contribuições. Menger descreve o comportamento decrescente da utilidade marginal e o processo de fixação de preços através da utilidade. O conceito da utilidade marginal decrescente, como ilustra o gráfico 1, mostra que a intensidade de utilidade advindas de incrementos infinitesimais no consumo é decrescente, até que, no estado de saciedade, este incremento de utilidade torna-se zero. Afirmou que os preços, não somente dos bens de consumo, mas também dos fatores de produção, eram formados pelos mecanismo da oferta e demanda e, em última instância, pela utilidade. Hunt (2005 pag. 246) argumenta que:

[...] de seu princípio de utilidade marginal decrescente, Menger deduziu a lei de demanda: a quantidade de mercadoria que as pessoas estavam dispostas a comprar dependia do preço da mercadoria, e a quantidade demandada e o preço eram inversamente relacionados.

Walras, com efeito, desenvolveu o modelo de equilíbrio geral, que consiste em um sistema de equações simultâneas que descreve o comportamento dos mercados de cada bem, resultando nas quantidades e preços de equilíbrio de todos os mercados. O trabalho de Walras teve tamanha notoriedade que pode ser classificado como “um dos avanços conceituais e analíticos mais importantes da história do pensamento econômico” (HUNT, 2005 pag. 238).

Gráfico 1 – Comportamento da Utilidade Total e Marginal



Fonte: Hunt (2005)

Fundamentalmente, a formulação da teoria do equilíbrio geral de Walras é uma ferramenta que correlaciona os diferentes produtos e seus respectivos preços. Walras pretendeu formular uma estrutura teórica na qual pudesse demonstrar como, através de interações de todos os mercados, todos os preços pudessem ser determinados. Seu modelo de equilíbrio geral baseava-se na ideia de que os preços refletiam com exatidão as necessidades ou utilidades das pessoas, maximizando, portanto, a satisfação humana.

Os conceitos da Revolução Marginalista, desenvolvidos por Jevons, Menger e Walras, levaram os economistas a abandonar a velha visão da utilidade como medida de felicidade para entendê-la como um modo de ordenar as preferências (Varian, 2000). Esta nova abordagem influenciou diretamente a criação de modelos hoje muito usados na Economia ortodoxa na abordagem do desenvolvimento, que explicam com rigor matemático os processos de distribuição de renda, maximização da utilidade e crescimento econômico.

2.2.2 A Visão Não-Welfarista de Sen e sua Contribuição para a Análise do Bem-Estar

A lógica marginalista do individualismo trouxe à tona questionamentos importantes. Um axioma principal da teoria ortodoxa de que as preferências dos indivíduos seriam completas, transitivas e contínuas, é frequentemente questionado – diferentes autores duvidam da suposta racionalidade do comportamento humano. Da mesma forma, a falta de uma discussão normativa da economia, com a pauta de questões morais e éticas, também pode apontar uma lacuna não preenchida pela abordagem ortodoxa.

A questão do desenvolvimento é outra fonte de críticas à perspectiva utilitarista. Amartya Sen (2010) teoriza uma abordagem do desenvolvimento vista como essencialmente um processo de ampliações das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Teoria que vai de encontro com a lógica da utilidade como medição de bem-estar.

O enfoque do desenvolvimento através da lógica das liberdades das pessoas confronta algumas visões reducionistas do desenvolvimento, como aquelas que identificam desenvolvimento humano como crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), ou mesmo o aumento de rendas, avanço tecnológico ou modernização da sociedade. Sen argumenta, em *Desenvolvimento como Liberdade* (2010 p. 16), que:

O crescimento do PNB ou rendas individuais obviamente pode ser um importante *meio* de se expandir as liberdades desfrutadas. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (como a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

Em sua teoria sobre a liberdade como desenvolvimento, Sen (2010) descreve o que enxerga como as três principais limitações da abordagem utilitarista, sendo elas:

- a) Indiferença distributiva: o cálculo utilitarista tende a não levar em consideração desigualdades na distribuição da felicidade (importa somente a soma total, independentemente do quanto sua distribuição venha a ser desigual);
- b) Descaso com os direitos, liberdades e outras considerações desvinculadas da utilidade: a análise utilitarista não atribui importância intrínseca a reivindicações de direitos e liberdades (eles são valorizados apenas indiretamente e somente em grau que influenciam as utilidades). “É sensato valorizarmos a felicidade, mas não necessariamente desejamos escravos felizes ou vassalos delirantes” (Sen, 2010 pag. 89);
- c) Adaptação e condicionamento mental: o bem-estar individual, na visão utilitarista, pode ser influenciado por condicionamento mental e atitudes adaptativas.

Sobre esta terceira crítica, o autor avalia que concentrar-se apenas em características mentais, tais como o prazer, felicidade ou os desejos, pode ser particularmente perigoso quando são feitas comparações entre indivíduos de bem-estar e privação. Sen (2010, pag. 89) argumenta que:

Nossos desejos e habilidades para sentir prazer ajustam-se às circunstâncias, sobretudo para tornar a vida suportável em situações adversas. [...] Os destituídos tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em consequência, não ter coragem de exigir nenhuma mudança radical, chegando mesmo a ajustar suas expectativas e desejos àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível.

Portanto, se considerarmos essas limitações da abordagem utilitarista, é possível perceber que a privação das liberdades pode ser não captada neste processo. Assim, é importante, mais do que apenas julgar as escalas de

preferências, favorecer a criação de condições nas quais as pessoas tenham oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar.

2.2.3 Liberdades, Utilidade e Bem-Estar

Uma grande preocupação dos economistas é mensurar o bem-estar. Em tese, a avaliação do padrão de bem-estar numa sociedade deve centrar-se numa série de diferentes fatores, desde níveis de renda, disponibilidade de serviços básicos, até mesmo os níveis de felicidade¹. Para a elaboração do que será chamado de bem-estar neste trabalho será preciso discutir uma forma que possa englobar esses diferentes aspectos.

A ótica utilitarista clássica, por sua vez, considera a utilidade essencialmente como felicidade. Nessa visão, define-se injustiça como uma perda agregada da utilidade em comparação com o que poderia ser obtido. Uma sociedade injusta, assim, é aquela em que as pessoas são significativamente menos felizes. Uma outra forma de se fazer esta leitura é pensar que uma sociedade justa é aquela onde as pessoas conseguem ter o maior nível de felicidade possível. Como felicidade ou desejo são difíceis de mensurar, frequentemente se define utilidade na análise econômica moderna como uma representação numérica das preferências, mas, ainda assim, sem desfazer-se completamente da ideia de utilidade como uma medida de satisfação.

Contudo, após a análise das limitações, é preciso reconhecer os méritos da visão utilitarista. Aqui, serão explorados dois aspectos da análise clássica que ajudarão na construção do que será chamado, conforme este trabalho, de bem-estar. O primeiro mérito é centrar-se nas consequências dos resultados – o que faz certa decisão ser tomada ou bem desejável é o nível de utilidade que proporcionará. Por isso, essa abordagem permite que maiores níveis de bem-estar sejam socialmente

¹Para maiores informações sobre este assunto, vide COLUMBIA UNIVERSITY, The Earth Institute. **World Happiness Report**. New York, 2012.

preferíveis de acordo com as preferências individuais. O segundo mérito, com efeito, é julgar as ações e relevância dos resultados com o nível de bem-estar. Centrar os julgamentos de acordo com o bem-estar, ou felicidade, tem seus grandes atrativos para abordagens do desenvolvimento.

Conforme Diener, Suh e Lucas (1999), bem-estar subjetivo refere-se a como as pessoas avaliam as suas vidas e o que é importante para elas. Ele reflete amplamente o valor que as pessoas dão a fatores essenciais da vida, que transcendem ou não o campo da prosperidade econômica. Bem-estar subjetivo está ligado a importantes aspectos de qualidade de vida, julgamentos de valor, riqueza, humor e até mesmo satisfação de desejos imateriais. Portanto, bem-estar subjetivo pode ser interpretado, segundo estes autores, como um termo técnico para a felicidade.

A relação entre bem-estar e felicidade é íntima, mas não pode ser vista como sinônimo. Para Sen (2010), uma sociedade apresenta tanto mais níveis de bem-estar quanto diminui as privações das liberdades substanciais das pessoas. Este pensamento remete à ideia de que mais importante do que a satisfação que uma decisão ou cesta de bens pode proporcionar, é o processo por qual este indivíduo participa para isto. A utilidade provida não deve ser desprezada, porém, como analisado, esta visão apresenta suas limitações quando considerada de forma estrita.

Portanto, para este trabalho, bem-estar será definido como uma forma de ampliação das capacidades das pessoas baseado no aumento das bases informacionais e liberdades individuais, como propõe Amartya Sen (2010). Componentes como as variáveis de renda, igualdade social, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), felicidade, entre outros, serão importantes medidores, ainda que de forma indireta, de bem-estar. Bem-estar, ainda que não se apresente como um conceito estritamente mensurável, pode ser firmemente observável em uma sociedade.

A definição de bem-estar, aqui estabelecida, será a base da questão do desenvolvimento a ser discutida no decorrer deste trabalho.

2.3 Prosperidade Urbana

A dinâmica da organização urbana permite a existência de uma complexa cadeia de interrelações entre agentes econômicos criando espaços únicos, com condições necessárias para a ampliação das fronteiras do conhecimento e experiências humanas. Estes espaços de densa aglomeração são onde mais da metade da população mundial procura satisfazer suas necessidades básicas, demanda por bens públicos e busca por oportunidades. Por trás disso, é notório o poder da urbe em abrigar diferentes tipos de mercados, onde se pode obter bens em quantidades socialmente eficientes. De acordo com Glaeser (2011), entre os inúmeros mercados que aloja, o mercado de trabalho atua de maneira fundamental – em uma cidade, há uma quantidade incontável de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho por determinado preço e, ao mesmo tempo, um grande número de empresas demandantes. Considerando estas hipóteses de que em grandes cidades não se forma um monopólio no mercado de fatores de mão-de-obra e que há um extenso portfólio de trabalhadores, encontra-se aqui um dos principais elementos que permitiram o avanço da humanidade em diferentes áreas do conhecimento – a possibilidade do indivíduo atuar naquelas áreas onde irá incorrer os menores custos de oportunidade, levando à especialização.

Em áreas rurais ou cidades em que uma empresa detém grande parte da demanda por trabalho, o destino dos trabalhadores e da própria cidade depende basicamente do sucesso ou fracasso de poucas variáveis, o que geralmente é associado a maiores riscos. Segundo Reis (2010), a falência dos modelos tradicionais em promover o desenvolvimento também remete a outra implicação – apenas assegurar trabalho e renda, com frequência, não é mais visto como um sinônimo de desenvolvimento humano. Sobre o assunto, Reis (2012, p. 17) argumenta que:

O desenvolvimento é o processo de expansão das liberdades humanas em um sentido amplo [...] Isso requer, invariavelmente, a

ampliação da capacidade que uma pessoa tem de tomar suas próprias decisões de maneira consciente.

As cidades contribuem não apenas para a ampliação de escolhas nos mercados, mas também provêm a seus habitantes um local onde outros aspectos imateriais da vida podem ser realizados, concedendo essenciais condições para a geração de bem-estar individual e coletiva (Jacobs, 2000). Aqui é possível destacar a importância dos centros urbanos por abrigar sob mesmo espaço uma grande diversidade cultural, religiosa, de costumes e valores que fazem de uma cidade uma estrutura dinâmica e peculiar.

Prosperidade, como definido pelas Nações Unidas (2012), é uma construção social que se materializa na esfera das ações humanas. Ela constrói deliberada e conscientemente as condições para uma cidade vigorar, independentemente do período ou local em que se situa. A questão principal sobre o estudo de prosperidade humana, por consequência, torna-se definir quais as condições e elementos essenciais para uma área urbana ser descrita como próspera. Para responder a esta questão, é possível destacar cinco pontos em comum, encontrados em cidades prósperas que servirão como base para abordar o conceito de prosperidade (Nações Unidas, 2012):

- a) Primeiramente, um centro urbano próspero contribui para o crescimento econômico, centrado em ganhos de produtividade. Dessa maneira, é gerado emprego e renda que possam garantir padrões de vida adequados para toda a população;
- b) Segundo, uma cidade próspera apresenta uma rede de infraestrutura sólida e ativos físicos que garanta condições essenciais de vida como água adequada, saneamento básico, abastecimento energético e transporte público;
- c) Em terceiro lugar, é necessário que sejam providos os serviços sociais com eficiência – entre eles a educação, saúde, segurança e direito a propriedade. Pois estes recursos possibilitam o uso dos espaços público e privados para maximizar os potenciais individuais e coletivos;

- d) A quarta característica dessas localidades é apresentar níveis de desigualdade e miséria mínimos concomitantes à inclusão social. Não se pode aplicar o conceito de prosperidade quando uma relevante parte da população fica à margem do desenvolvimento. Da mesma maneira, uma cidade prospera quando são garantidos, por exemplo, a participação civil nas esferas política, social e cultural, bem como uma interação entre seus habitantes;
- e) Por último, a relação entre os agentes e o espaço físico em que a cidade é localizada deve ser harmoniosa. A criação de riquezas não implica, obrigatoriamente, degradação ou destruição do meio ambiente.

Uma região que consegue reunir esses cinco aspectos pode ser definida como um local adequado para promover o desenvolvimento humano sustentável, com uma ampla capacidade de ampliação das bases informacionais e das liberdades substantivas das pessoas. Dificilmente um ambiente fora do espaço urbano, como as áreas rurais, poderia reunir estas características em comum.

O que se pode concluir, após a análise destes cinco aspectos de uma cidade próspera, é que todos eles permitem que as privações do ser humano, sejam elas de qualquer caráter, sejam diminuídas. Uma sociedade com as características antes definidas permite a existência de um ser humano que não é privado de suas necessidades básicas, tampouco de outras consideradas supérfluas, distanciando-se até mesmo das privações políticas e imateriais.

As cidades constroem, desta maneira, uma via para o desenvolvimento econômico e social harmoniosa, pois possibilitam uma série de trocas de bens, serviços e ideias que possibilitam o aumento das capacidades dos agentes, fator vital para o êxito do espaço urbano. Por isso, as características aqui definidas servirão, para este trabalho, como suporte para a discussão do tema de cidades prósperas.

2.4 Considerações Finais

Introduziu-se brevemente no decorrer deste capítulo a definição de bem-estar e outros conceitos que nortearão a discussão sobre as formas de desenvolvimento nas cidades. Bem-estar, como aqui definido, não contemplou a tradicional análise econômica, mas sim uma abordagem mais ampla que carrega uma possibilidade de diálogo com as outras disciplinas sociais sem perder o enfoque econômico.

Este caráter multidisciplinar da Economia, que aqui foi tratado e exemplificado com o conceito de bem-estar e prosperidade urbana, de forma alguma desconsidera os méritos e vantagens das análises de rigidez matemática. Contudo, aproximar a Economia de outros enfoques pode ser uma grande vantagem para explicar fenômenos econômicos e sociais que os modelos formais talvez não capturem.

3 FONTES DE BEM-ESTAR E OS BENEFÍCIOS DA PROXIMIDADE

Amartya Sen propõe uma análise do desenvolvimento humano sob a ótica da liberdade. O processo de ampliação das liberdades substantivas, segundo o autor, precisa ser considerado como o fim primordial do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, o seu principal meio.

Liberdades substantivas¹, para Sen (2010), é um processo que implica, invariavelmente, a redução de privações de possibilidades do ser humano. Elas incluem capacidades elementares do homem como “ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão” (Sen, 2010, pag. 38). Ampliar as liberdades de uma pessoa é, na definição do autor, promover possibilidades para que elas consigam desenvolver uma vida que tenham motivos para valorizar.

As cidades, ainda que apresentem fatores de privação das capacidades humanas, conseguem ser uma forma de organização social capaz de ampliar as liberdades. Para as Nações Unidas (2012), as cidades oferecem grandes oportunidades econômicas e sociais para o desenvolvimento. Uma região com intensa densidade populacional proporciona para os indivíduos que nela residem acesso à educação, saúde, bem como outros serviços básicos como eletricidade, saneamento básico e água potável de uma forma mais abrangente devido, também, a diluição dos custos fixos.

Há também a diminuição de custos de transação, seja de bens, pessoas ou ideias. Da mesma maneira, as cidades, segundo Cohen (2009), também são um centro de inovações e avanços em direção à modernidade, pois os indicadores de qualidade de vida geralmente apresentam as melhores taxas. As aglomerações urbanas acabam trazendo benefícios diversos para a economia e consequentemente para as pessoas nela inseridas.

¹Cabe aqui a diferenciação sobre o que o autor chama de “liberdades formais”, que emprega este termo para indicar os chamados direitos individuais, ou seja, a “liberdade que cada um tem de ser não tolhido no exercício das suas faculdades ou seus direitos, exceto nos casos em que a lei determina” (Sen, 2010 p. 82).

De acordo com o quadro 1, percebe-se uma possível correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o grau de urbanização dos países. Todos os países entre os dez primeiros no ranking, com exceção de Liechtenstein, apresentaram índices de urbanização maiores que 60%, acima da média mundial de 51%, evidenciando que as cidades podem ser um bom meio de prover maior expectativa de vida, educação e maior nível de produção - as dimensões de avaliação do índice. Enquanto isso, os países que ocuparam as últimas posições apresentaram índices extremamente baixos de urbanização.

Quadro 1 – Comparação entre IDH e grau de urbanização

Colocação	País	IDH	Grau de urbanização (em %)
Dez melhores colocados			
1	Noruega	0,943	79,4
2	Austrália	0,929	89,1
3	Países Baixos	0,910	82,9
4	Nova Zelândia	0,908	86,2
5	Canadá	0,908	80,6
6	Irlanda	0,908	61,9
7	Liechtenstein	0,905	14,3
8	Alemanha	0,905	73,8
9	Suécia	0,904	84,7
10	Suíça	0,903	73,6
Dez piores colocados			
178	Guiné	0,344	35,4
179	Rep. Centro Africana	0,343	38,9
180	Serra Leoa	0,336	38,4
181	Burkina Faso	0,331	25,7
182	Libéria	0,329	47,8
183	Chade	0,328	27,6
184	Moçambique	0,322	38,4
185	Burundi	0,316	11,0
186	Níger	0,295	17,1
187	Rep. Dem. Do Congo	0,286	35,2

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2011; Nações Unidas, 2011.

Por isso, a discussão da criação de bem-estar, neste contexto, está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento no espaço urbano. Assim, ao decorrer deste capítulo serão analisadas diferentes formas de redução de privações do ser humano, bem como os benefícios que a proximidade humana propicia em diversos aspectos.

3.1 A Influência dos Custos de Transporte

Durante muito tempo, indústrias manufatureiras e o comércio foram guiados pela aspiração de se eliminar distâncias através da aglomeração. Fábricas produtoras de bens finais que se estabeleceram no limite das cidades, principalmente no final do século XIX e início do século XX, ilustram bem o desejo de se diminuir os custos de transportes, seja para se situarem mais próximas de seus consumidores ou mesmo porque essas cidades se comportavam como centro de redes de distribuição de mercadorias devido a grande concentração de pessoas e serviços (Glaeser, 1998).

Krugman (1991) sugere que as indústrias manufatureiras são caracterizadas por necessidade de retornos de escala e modesto uso de espaço geográfico (diferentemente das atividades primárias que precisam de um intenso uso da terra). Devido à necessidade dos ganhos de escala, estas indústrias preferirão se alocar em locais que não envolvam grandes distâncias de onde a demanda se concentra para minimizar os custos de transporte. E como parte dessa demanda vem do próprio setor fabril, parte da concentração de pessoas pode ser explicada, por esta ideia, de como os custos de transporte afetam as escolhas locais.

Contudo, o desejo de se eliminar custos de transporte não gera sozinho aglomeração urbana. Sobre esta ideia, Glaeser (1998, pag. 144) afirma que:

If there weren't fixed setup costs or increasing returns of some sort, factories would subdivide and locate throughout space to be very closer to every consumer. [...] As traditional manufacturing is marked

by both fixed setup costs and high transports costs, cities were manufacturing centers. [...] The past 50 years has seen the relative decline of manufacturing and corresponding rise of services.

Os ganhos do setor industrial nas economias do Século XX, muitas vezes, não foram impulsionados pelos retornos de escala, mas sim pelos retornos tecnológicos que possibilitam uma produção customizada, fábricas menores, e uma crescente ênfase em produtos criativos que suplantaram, em parte, as plantas comunais da era industrial pesada.

Com a diminuição de custos de transportes, a concentração física de indústrias em países como o Brasil e os Estados Unidos da América caiu significativamente nos últimos anos. Para estudar o processo de concentração industrial, Weber (1929) classificou fatores que afetam as decisões de onde se situar-se das firmas. Dentre aqueles que não possuíam relação com a distribuição geográfica, eles podem ter duas características:

a) Possuir natureza aglomerativa:

Fatores aglomerativos podem ser encarados como benefícios da proximidade produtiva em determinados aspectos, como economias de escala internas ou que advêm de proximidade com outras firmas, menores custos de transporte ou melhores condições de infraestrutura em certas regiões.

b) Possuir natureza não aglomerativa:

São encarados como vantagens obtidas no processo de desconcentração das firmas ou ainda como as desvantagens do processo. Entre eles podem ser o congestionamento, poluição, alto custo da terra, entre outros.

A diminuição das vantagens das economias de escala, a mudança nas formas de produção, os menores custos de transporte e outros inúmeros aspectos significam que este novo paradigma tecnológico também levou a uma mudança paulatina na organização locacional do espaço fabril. Lautert & Araújo (2007) diagnosticaram que após um período de concentração física da indústria brasileira, principalmente no Sudeste, houve um movimento de desconcentração a partir dos anos 70. Sobre esta análise, Lautert & Araújo (2007, p. 363) afirmam que:

Constatou-se o predomínio de uma tendência de desconcentração geográfica na indústria brasileira, evidenciada pela redução do índice médio de concentração das indústrias e pela ocorrência de desconcentração na maioria das divisões e grupos setoriais estudados. Também verificou-se que, embora não tenha sido identificado um padrão claro que possa se generalizado para toda a indústria [...] os resultados obtidos neste trabalho indicam tendências desaglomerativas na maioria dos setores, principalmente na indústria de transformação.

Ainda que os custos de transportem continuem sendo muito importantes para a economia e para as firmas, eles se tornaram relativamente muito menos importantes do que eram tempos passados. A ideia central deste aspecto é que, mesmo se o setor industrial mover-se das cidades, elas continuariam promovendo inúmeros benefícios que ainda teriam motivos para existir.

3.1.1 Os Custos de Transporte de Indivíduos

Uma das maiores facilidades encontradas dentro de uma cidade é a própria proximidade humana. A habilidade dos espaços urbanos de se eliminar os custos de transportes entre as pessoas é um importante fator capaz de criar um ambiente propício para se realizar transações socioeconômicas.

A principal vantagem de mercados em que os produtores tem acesso a uma grande quantidade de pessoas é a possibilidade de divisão do trabalho. Adam Smith, em a *Riqueza das Nações*, publicado em 1776, discutiu a ideia que em pequenas cidades rurais, como nos campos escoceses, um fazendeiro era obrigado a produzir diversos bens para a subsistência sua família, mas quando o tamanho do mercado aumenta, os residentes urbanos podem usufruir os benefícios criados por uma consistente divisão do trabalho. Este fenômeno resulta em indivíduos que podem se especializar em uma particular forma de trabalho, permitindo que surja

uma gama de novos bens e serviços de qualidade. Sobre isto, Glaeser (1998, pag. 145) argumenta que:

At a casual level, the connection of the division of labor and city size can be seen by perusing the Yellow Pages of differentiated-sized cities, where odd, specialized occupations [...], are only seen in the largest cities.

Glaeser (1998) também sugere que fato de cidades abrigarem um enorme massa de pessoas e empresas também permite que os trabalhadores não se tornem dependentes de certa firma ou indústria. Quando uma cidade depende de certo tipo de indústria ou firma para trazer emprego e renda para sua população ela torna-se vulnerável a fatores que podem, devido a um choque externo, trazer grandes prejuízos para a região.

3.2 *Spillovers* Informacionais e o Papel Produtividade

Segundo as ideias de Alfred Marshall (1885), as vantagens da proximidade vão além dos ganhos de escala. A aglomeração pode criar externalidades advindas do relacionamento entre firmas e pessoas que se criam devido a proximidade produtiva. Esse relacionamento, muitas vezes, estimula a criação, difusão e aperfeiçoamento do conhecimento e de novas ideias – resumido pelo termo “*spillovers* informacionais”.

Jacobs (2000), por sua vez, argumenta que a diversidade de atividades dentro de uma cidade traz as condições necessárias para o aumento da produtividade do trabalho e para o crescimento sustentável de longo prazo. A autora cita um exemplo de duas cidades da Inglaterra, Manchester e Birmingham. Após o período da Revolução Industrial, Manchester concentrou forças no ramo da

tecelagem e aos poucos entrou em decadência, enquanto a segunda desenvolveu diversas atividades econômicas e tornou-se um importante centro urbano do país.

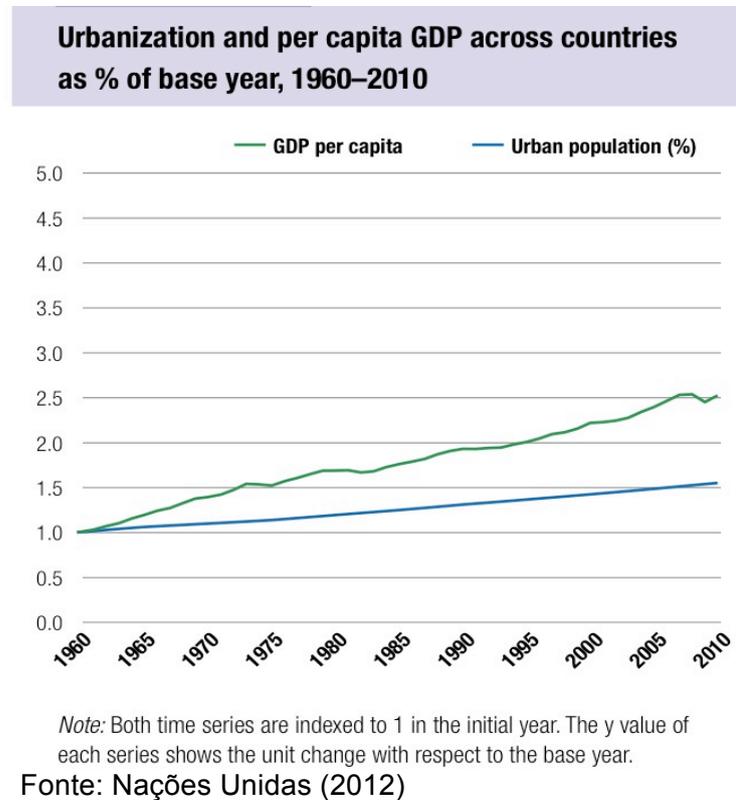
As vantagens obtidas por movimentos aglomerativos são inúmeras – tais como os efeitos de encadeamento, melhores serviços e infraestrutura. Com efeito, Glaeser (1998) cita que o mais importante deles reside no fato de a proximidade geográfica criada pelas cidades permitir que as ideias viajem no espaço urbano de maneira mais rápida. As cidades, portanto, além de proporcionar a criação de novas ideias, conseguem reduzir o custo de espalhá-las entre os agentes.

Os efeitos positivos das aglomerações via multiplicação do conhecimento gerado para as firmas são profundamente conhecidos e muito estudados dentro da Economia. Contudo, os ganhos de produtividade quando levado em consideração os trabalhadores, como argumenta Glaeser (1998), podem ser muito mais importantes. Os altos níveis de densidade populacional em uma cidade facilitam as interações entre pessoas, e quando isto ocorre, o acúmulo de capital humano é mais significativo.

Segundo Nações Unidas (2012), as cidades são naturalmente mais produtivas que áreas rurais, pois elas contam com os benefícios dos grandes mercados de mão-de-obra e numerosas empresas, bem como o benefício da especialização do trabalho. Ambos os fatores combinados geram resultados benéficos para consumidores e firmas, e um maior fluxo de ideias e inovações.

Há uma evidência de correlação entre a taxa de urbanização de um país e o crescimento da produtividade nacional. O gráfico 2 evidencia o crescimento da urbanização e o incremento do PIB mundial desde a década de 1960. Enquanto a população urbana no mundo saltou de 33 para 51 por cento, o PIB per capita cresceu de US\$ 2.382 para US\$ 6.006 em 2010.

Gráfico 2 – Urbanization and per capita GDP across countries as % of base year, 1960-2010



As cidades exercem um papel fundamental para o crescimento da produtividade em um país. Devido à concentração de infraestrutura, oferta de serviços e bens públicos, atividades culturais e sociais, os espaços urbanos se transformam em centros de atração e criação de pessoas altamente capacitadas. A partir da interação dessas pessoas, os ganhos de escala devido a aglomeração tornam-se mais evidentes.

As cidades, portanto, tem uma importante função que consiste em diminuir os custos de transição de ideias, um dos maiores geradores de ganhos de produtividade. A educação, neste ponto, desempenha um papel insubstituível. Para Nações Unidas (2012), a concentração de pessoas capacitadas em uma cidade é uma função da qualidade do sistema de educação em vigor. Por isso, o exemplo do crescimento do Vale do Silício é constantemente lembrado para se explicar o papel

das urbes como regiões que aumentam a produtividade via um enorme fluxo de ideias e inovações devido aos benefícios de um sistema de educação eficiente.

A proximidade com centros criadores de pessoas com alto potencial, como a Universidade de Stanford, incentivou um grande movimento de empresas inovadoras a se instalarem na região do Vale do Silício, situado no estado da Califórnia, nos Estados Unidos (NAÇÕES UNIDAS, 2012). O crescimento e enriquecimento do Vale do Silício conta com uma série de particularidades, porém o processo é parecido com o acontecido em inúmeras cidades de sucesso – nestes espaços, pessoas altamente talentosas são conectadas. A proximidade geográfica ajuda com que o fluxo informação escoe com mais facilidade.

Além da proximidade, a região conta com outro benefício que fomenta as inovações. Diferentemente de cidades que se concentraram em apenas uma indústria, como Manchester, lembrada por Jacobs (1969), que entrou em processo de decadência descrito pela autora, o Vale do Silício tomou um caminho diferente. Segundo Glaeser (2011), o Vale é uma região não concentrada em poucas firmas, diferentemente de outras regiões industriais, o que estimula a atmosfera empreendedora, e que continua investindo em escolas e universidades. Por isso é um centro atrativo para pessoas capacitadas e empresas altamente inovadoras, o que estimula suas altas taxas de produtividade e inovação.

3.3 Ampliação das Liberdades

Segundo Sen (2010), as liberdades do ser humano tem um papel determinante para o fomento da iniciativa individual e da eficácia social. Desfrutar de mais liberdades aumenta o potencial das pessoas para melhorar suas próprias vidas e influenciar o meio em que vivem, ponto central para o desenvolvimento.

A ligação entre desenvolvimento social, liberdade é evidente. Partindo do pressuposto que a liberdade de imprensa pode ser uma adequada variável *proxy* para a liberdade individual, o quadro 2 relaciona o status de liberdade de imprensa

dos países (de acordo com o instituto Reporters Without Borders¹) com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o tamanho relativo da população urbana. Como percebe-se, os países que foram considerados livres apresentam um nível de IDH elevado, bem como índices de urbanização acima de 51%, a média mundial – apenas Cabo Verde possui um IDH não considerado muito alto pelos critérios do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Esta relação sugere que as ampliações das liberdades, desenvolvidas nas cidades, podem se traduzir em melhores níveis de educação, saúde e até mesmo PIB per capita. É possível observar, também, que os países com as maiores taxas de urbanização são aqueles que possuem um elevado grau de liberdade desfrutada pela imprensa e possivelmente por seus cidadãos.

Quadro 2 – Comparação da liberdade de imprensa, urbanização e IDH

Colocação no Índice de Liberdade de Imprensa	País	Pontuação	Grau de Urbanização (em %)	IDH
1	Finlândia	-10,00	85,1	0,882
	- Noruega	-10,00	79,4	0,943
3	Estônia	-9,00	69,5	0,835
	- Holanda	-9,00	82,9	0,910
5	Austria	-8,00	67,6	0,885
6	Islândia	-7,00	93,4	0,898
	- Luxemburgo	-7,00	85,2	0,867
8	Suíça	-6,20	73,6	0,903
9	Cabo Verde	-6,00	61,1	0,568
10	Canada	-5,67	80,6	0,908
11	Dinamarca	-5,67	86,9	0,895
12	Suécia	-5,50	84,7	0,904
13	Nova Zelândia	-5,33	86,2	0,908
14	República Tcheca	-5,00	73,5	0,865
15	Irlanda	-4,00	61,9	0,908

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados de Reporters Without Borders, 2011; Nações Unidas, 2011

¹ Informações sobre o instituto Reporters Without Borders, consultar: <www.rsf.org>

E, por isso, o espaço das liberdades deve constituir o caráter de avaliação do bem-estar. Quando julga-se o bem-estar pela utilidade, ou outros meios, pode-se omitir um aspecto fundamental – aquele que as pessoas devem poder escolher uma vida que se tenha razão para valorizar.

Há uma diferença importante na análise das oportunidades que os indivíduos dispõem para valorizar as suas vidas. Sen (2010) mostra que, em um primeiro caso, há as realizações, ou seja, as ações que um indivíduo toma. Em outro, há as escolhas que as pessoas tem e são substancialmente livres para decidir.

Segundo a tradição ortodoxa da economia, o valor das escolhas é gerado de acordo com o melhor uso que se pode fazer delas, remetendo a um comportamento maximizador. Pode-se dizer que, conforme esta abordagem, apenas é considerada a melhor escolha, e não faria diferença se as demais opções existissem ou não. Contudo, para o enfoque nas liberdades substantivas, o valor de um conjunto de opções não está apenas concentrado no melhor elemento, ou naquele elemento escolhido. Sobre isso, Sen (2010, p. 106) afirma que:

De fato, “escolher” por si só pode ser considerado um funcionamento valioso, e obter um x quando não há alternativa pode, sensatamente, ser distinguido de escolher x quando existem alternativas substanciais. Jejuar não é a mesma coisa que ser forçado a passar fome. Ter a opção de comer faz com que jejuar seja o que é: não comer quando se poderia ter comido

Portanto, é preciso, de acordo com as ideias do autor, atribuir importância às oportunidades que não são escolhidas. Quando o processo em que o indivíduo passa é considerado para a análise dos resultados, passa a ser imprescindível julgar todo o conjunto de possibilidades.

3.3.1 Cidades, Mercados e Liberdades

As aglomerações humanas criam diversas vantagens para o ser humano. Entretanto, como explicado anteriormente, uma pode ser particularmente destacada – a possibilidade da divisão do trabalho. Adam Smith (2008, p. 27) argumenta que:

Quando o mercado é muito pequeno, ninguém pode ter nenhum encorajamento para dedicar-se inteiramente em um emprego, por falta de poder de trocar todo o excesso de produto de seu próprio trabalho, que está muito acima de seu próprio consumo.

As cidades, em parte devido a maior possibilidade de divisão do trabalho, trouxeram uma das maiores vantagens gozadas pelo homem em sua sociedade colaborativa – o mecanismo de amplos mercados. A possibilidade de se poder transacionar bens e serviços nos mercados permite que as pessoas possam se especializar em tarefas específicas e desenvolver a suas aptidões de forma mais ampla, bem como desfrutar de bens e serviços em farta quantidade e elevada qualidade.

O papel do mecanismo de mercado que busca como consequência o desenvolvimento econômico e social pode remeter a dois enfoques de abordagem:

- a) Os mercados são formas de se chegar a um resultado eficiente, produzindo mais renda e riqueza;
- b) Os mercados constituem uma forma de redução das privações.

A capacidade do mecanismo de mercado de contribuir para um grande crescimento e desenvolvimento econômico global, como afirma o primeiro tipo de abordagem (a), tem sido amplamente reconhecido na literatura contemporânea sobre o desenvolvimento. Esse argumento, sem dúvida, tem méritos importantes – existem muitas evidências empíricas que demonstram que o mecanismo de mercado pode trazer crescimento e prosperidade, elevando o padrão de vida das pessoas.

Todavia, esse argumento é distinto daquele (b) que afirma que as pessoas devem ter o direito de realizar intercâmbios. É justamente este ponto que esta sessão focará. As trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade, a menos que sejam impedidos de fazerem isto. Portanto, é

possível perceber que a contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é fundamentalmente importante, mas, antes disso, é preciso reconhecer a importância direta da liberdade de troca para a vida das pessoas.

O direito às transações econômicas tende a ser corretamente encarado como um motor do crescimento. Porém, outras relações podem ser omitidas neste processo. O crescimento econômico pode melhorar a geração de riqueza, como também, a partir deste crescimento, permitir os governos a proverem seguridade social e serviços públicos com mais qualidade. Portanto, a contribuição do crescimento econômico via ação nos mercados pode e deve ser analisado não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas pela expansão de serviços sociais e outros fatores.

As cidades promovem as trocas, sejam elas de palavras, bens ou serviços devido a proximidade populacional. Isso constitui um elemento crucial para o processo de ampliação de liberdades. Sen (2010, p. 21) afirma que:

A liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independente de que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização.

A análise dos mercados através das liberdades exclui o caráter consequencialista da abordagem pelos resultados. É possível ilustrar a questão com um exemplo de uma economia hipotética em que as decisões de produzir e alocar os recursos e riquezas são tomadas por um sistema centralizador. Ainda que este sistema consiga os mesmos resultados que uma economia de mercado, fato que contraria o que a Economia geralmente pressupõe, existem claras razões para que se prefira o processo que envolva a liberdade das trocas.

A liberdade das pessoas que se traduz, entre outros fatores, na escolha dos indivíduos de produzir, consumir e trabalhar naquilo que preferirem, é de extremo valor quando os objetivos são gerar bem-estar e promover o desenvolvimento. O enfoque na redução das privações leva em consideração, não apenas os resultados obtidos, mas sim o processo envolvido para se chegar a estes resultados.

O mecanismo do mercado permitiu o aumento das concentrações urbanas, disponibilidade de serviços essenciais e necessários para a melhoria de vida das pessoas e a ampliação das oportunidades sociais. A criação dessas oportunidades sociais, tão presentes nas cidades, como a educação, serviço de saúde e criação de conscientização política e uma imprensa livre atuante, pode contribuir para o desenvolvimento humano e criar efeitos duradouros na sociedade. Melhor educação e saúde, por exemplo, pode significar menores taxas de mortalidade e fecundidade, que influenciam diversos fatores que desencadeiam aspectos positivos para a economia e para a vida do ser humano

3.3.2 Liberdades e Pobreza nas Áreas Urbanas

A grande concentração de pobreza nas cidades, muitas vezes, parece indicar que as áreas urbanas podem produzir desigualdade e privações de oportunidades. O pensamento de que as megacidades são um grande problema para as questões que envolvem a qualidade de vida do ser humano ganha espaço nas discussões acadêmicas e políticas sobre o tema, visto as milhões de pessoas que vivem em condições urbanas precárias no mundo.

Porém, conforme Glaeser (2011), a presença da pobreza nas cidades revela a força da natureza urbana, não a sua fraqueza. Limitar o crescimento das grandes metrópoles, como já sugerido, representaria mais custos do que benefícios, uma vez que o crescimento urbano é um meio para a diminuição da pobreza no campo.

A Economia dá ênfase para o poder dos incentivos. Quando o benefício de realizar algo aumenta, mais pessoas o farão. Por isso, é possível entender que as grandes cidades não estão cheias de residentes que vivem na pobreza por que as cidades fazem-lhes pobres, mas sim porque os centros urbanos atraem essas pessoas com a expectativa de melhorias nas condições de vida.

Glaeser (2011) afirma que a taxa de pobreza dos residentes recentes nas grandes cidades americanas são maiores do que os residentes de longo prazo. Isto pode sugerir que, ao decorrer do tempo, os centros urbanos contribuem para

incrementar a renda das pessoas. As pessoas se mudam para as cidades pois estas oferecem vantagens que não poderiam ter sido encontradas em seus locais de residência anteriores. O grande problema das cidades, portanto, não é o grande número de pessoas, mas sim aqueles residentes que acabam desconexos do coração econômico das metrópoles.

A densidade urbana possibilita as trocas e os mercados. Como discutido anteriormente, isto já traz aumento das liberdades desfrutadas pelas pessoas, inclusive as mais pobres. Outras vantagens são os serviços públicos e infraestrutura oferecidos para os residentes. Ao analisar os benefícios gerados para as pessoas menos abastadas, é preciso considerar um importante paradoxo envolvendo a pobreza urbana – se uma cidade melhora as condições de vida das pessoas mais pobres, seja com o mecanismo de mercado, com escolas, saúde, transporte coletivo, entre tantos outros benefícios, essa cidade provavelmente irá atrair mais indivíduos nestas condições .

Ainda assim, a poderosa e crescente massa urbana gera desafios para as cidades que devem ser amplamente encarados. Contudo, há evidências que um mundo urbanizado, onde as cidades acomodam a maior parte das pessoas, seja preferível à milhões de pessoas vivendo no isolamento rural.

3.4 Considerações Finais

A discussão deste capítulo trouxe à tona alguns dos elementos que fazem das cidades importantes geradores de bem-estar para a sociedade. Essas forças aglomerativas ajudam a entender como as cidades tornam-se cada vez mais fortes e importantes para o homem moderno.

Sem dúvida, são inúmeras as fontes das vantagens do ser humano quando este escolhe viver em uma cidade. Os custos de transportes e de mercadorias caem, há o aumento da produtividade e expansão das liberdades.

Ao citar estes benefícios, percebe-se que a todos eles tem sua essência nas capacidades e potenciais natos dos próprios indivíduos. O papel da cidade, neste

contexto, é fornecer um ambiente capaz de proporcionar que as pessoas tirem maior proveito de suas escolhas e liberdades.

Portanto, ao considerar o próprio ser humano como o maior ativo de uma cidade, capaz de realizar intercâmbio de mercadorias, ideias e experiências e produzir bens tangíveis e intangíveis a partir de sua criatividade e sabedoria, aumenta-se o campo do estudo das cidades e abre-se um caminho para o que talvez seja o meio mais rápido de se chegar à prosperidade urbana – o investimento em capital humano.

4 A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO PARA A PROSPERIDADE DAS CIDADES

Desde a década de 60, o estoque de capital concentrado nos indivíduos tem sido tema fundamental de diversas discussões em diferentes países do mundo devido às complexas características que o capital humano envolve. O aumento do interesse nas cidades e regiões “inteligentes” demonstra as mudanças estruturais que tem ocorrido na economia nas últimas décadas – sociedades valorizam, mais que nunca, o conhecimento, a investigação e o incremento das competências humanas.

A chamada Teoria do Capital Humano surgiu no começo dos anos de 1960, principalmente com os trabalhos de Gary Becker e Theodore Schultz. Estes economistas basearam-se no pressuposto já desenvolvido de que capital seria uma fonte de rendimento que produz fluxo de rendas, bens ou serviços. Para os autores, o homem também poderia ser um capital, mesmo que apresentasse natureza distinta das demais formas.

Para esta teoria, capital humano seria qualquer atividade que implique em um custo no período corrente e que aumente a produtividade no futuro. E os investimentos em educação e treinamento explicariam grande parte do crescimento e desenvolvimento econômico. Sobre esta ideia, Schultz (1961, p. 2) argumenta que:

Although it is obvious that people acquire usefull skills and knowledge, it is no obvious that these skills and knowledge are a form of capital, that this capital is in substantial part a product of deliberated investiment. [...] It has been widely observed that increases in national output have been large compared with the increases of land, man-hours, and physical reproducibile capital. But, investment in human capital is probably the major explanation for this growth.

Becker veio a reforçar as ideias de Schultz. O autor desenvolve uma teoria de comportamento humano, de acordo com o conceito de capital humano, em que o indivíduo não é isolado, mas sim inserido num contexto familiar, social e econômico.

Becker, Murphy e Tamura (1990 p. 12), em um artigo em que relacionam a taxa de fertilidade com a disponibilidade de capital humano, defendem que:

When human capital is abundant, rates of return on human capital investments are high relative to rates of returns on children, whereas when human capital is scarce, rates of returns on human capital are low relative to those on children. As a results, societies with limited human capital choose large families and invest little in each member; those with abundant human capital do the opposite.

Estas ideias sobre a importância do capital humano revolucionaram as discussões nas sociedades sobre o sistema educacional em diversos países nos anos que se sucederam. Importar a força do capital humano para a explicação do crescimento e desenvolvimento permitiu uma série de estudos e discussões sobre o tema.

O conceito de capital humano, porém, é amplo. Alguns autores consideram-no apenas como a educação formal. Em outros contextos, pode englobar um conjunto mais abrangente de fatores tangíveis e intangíveis de investimentos que influenciam o bem-estar e a produtividade. É preciso entender, portanto, que o conceito de capital humano não é estático. Como a própria Ciência Econômica, este conceito recebe contribuições através do tempo, o que permite o avanço em áreas que antes não eram estudadas. O enfoque da Economia da Cultura e da Criatividade, por exemplo, trouxe novas perspectivas para a abordagem atual do capital humano – estes campos de estudo permitiram uma aproximação com as chamadas áreas sociais, ampliando o caráter multidisciplinar da Economia.

O capital humano é fruto de diversos fatores. Educação formal, treinamentos e experiência profissional são fontes primordiais. Porém, o capital humano também é derivado das interações humanas, das redes de amigos, do ambiente familiar e das liberdades que os indivíduos têm. Desta maneira, as cidades, com a disponibilidade de educação, saúde, empregos e as inúmeras interações humanas, exercem um papel fundamental para a criação e atração de capital humano.

O sucesso de uma cidade depende, mais do que de suas construções, do sucesso de sua população. Pessoas bem sucedidas constroem uma cidade bem

sucedida. E apenas em um ambiente que proporcione liberdades reais, os indivíduos conseguirão utilizar todo o seu potencial. Segundo as Nações Unidas (2012), todos os cinco elementos já citados neste trabalho que constituem a prosperidade urbana são elementos que tem a função de reduzir as privações do ser humano.

Quando o capital humano é valorizado, as ideias, os bens culturais, as inovações e a criatividade advinda das interações humanas geram ativos tangíveis e intangíveis que melhoram a qualidade de vida, produtividade e o bem-estar das pessoas.

4.10 Papel da Cultura para a Formação de Capital Humano e Bem-Estar

O estudo da Economia, na sua ótica formal, baseia-se na perspectiva de que os indivíduos buscam a satisfação máxima de suas vontades individuais considerando sua restrição orçamentária. Isto implicaria no chamado comportamento maximizador dos agentes. A vontade humana de maximizar sua satisfação gera uma oferta de bens e serviços disponibilizados e desejados dentro de uma economia. E o valor econômico destes, portanto, é fruto da interação entre demanda e oferta do mecanismo de mercado.

No entanto, alguns bens extrapolam o chamado valor econômico, possuindo um valor intrínseco e, por vezes, simbólico que não é captado pelo mecanismo de mercado – aqui é preciso salientar que esta diferença de valor intrínseco e de mercado reside na dificuldade das funções utilidade das pessoas em incorporar o valor destes bens, não em um mecanismo falho do mercado em si. E, quando trata-se em termos de bem-estar, estes bens precisam ser considerados. Seria o caso dos bens culturais, cujo entendimento dependeria de uma análise multidisciplinar de valor subjetivo. Segundo Florissi e Valiati (2009), o valor dos bens culturais se estabelece no sentido de capturar ideias, crenças e tradições de um grupo, além das condições de identidade e formação dos entornos urbanos. Isso significa que ao tratar-se de bens culturais, o tradicional cálculo econômico pode desconsiderar a

valoração dos fenômenos culturais, ainda que estes possuam grande importância para a tomada de decisões do indivíduos e da sociedade.

O estudo da cultura no ramo econômico, por isso, deve considerar não apenas a produção e distribuição dos bens culturais e os seus efeitos multiplicadores sobre o emprego e renda, mas sobretudo a formação de valor individual e social, que pode ser, por vezes, muito mais significativa. A formação cultural, seja através de hábitos, tradições ou valores torna-se muito mais importante para a geração de bem-estar do que considerar os bens culturais como bens comuns.

O nível de bem-estar proporcionado pela produção dos bens culturais ultrapassa os efeitos multiplicadores da atividade cultural. Para Florissi e Valiati (2009, p. 71):

Criatividades, ideias, impulso de produção cultural, enfim, são todas inovações agregadoras de bem-estar, o que significa desenvolvimento cultural, humano, econômico e social.

A cultura, portanto, é um fator que aumenta o capital humano por centrar-se na essências das pessoas. E para considerar esse tipo de bem na análise de bem-estar é preciso ir além das ferramentas tradicionais da abordagem dos mecanismos mercadológicos. Em alguns casos pode ser valioso preservá-los, ainda que isto apresente certo custo econômico.

4.1.1 Economia, Cultura e Globalização

Como discutido anteriormente, os bens culturais possuem características distintas dos demais bens dentro de uma economia. Como mensurar, por exemplo, tradições, costumes e crenças? Faz-se necessário, assim, entender como esses

bens, importantes para o retorno do bem-estar para a população, devem ser geridos ou preservados.

Amartya Sen (2010) levanta o questionamento sobre o poder esmagador da cultura e estilo de vida ocidentais que, em um mundo altamente globalizado, parece destruir os modos de vida e costumes tradicionais de diversos países. Para os defensores do valor da tradição e dos costumes culturais nativos, essa é uma ameaça realmente grave.

Sen (2010, p. 308), em sua análise sobre o poder da influência da cultura ocidental globalizada, afirma que:

O mundo contemporâneo é dominado pelo Ocidente e, embora a autoridade imperial dos antigos governantes do mundo tenha declinado, o domínio ocidental permanece tão forte como antes – sob alguns aspectos, mais forte do que nunca, especialmente nos aspectos culturais. O sol nunca se põe no império da Coca-Cola ou da MTV

Deter o avanço da globalização do comércio e das economias não é uma solução factível. Como discutido anteriormente, os benefícios do comércio e da divisão do trabalho são inúmeros e remetem a avanços de desenvolvimento econômico e social consideráveis, tanto no âmbito individual quanto coletivo.

A globalização, impulsionada pelas constantes inovações tecnológicas, levanta a paradoxal discussão sobre as suas consequências no mundo moderno – enquanto os seus efeitos líquidos agregados são positivos, ela pode trazer efeitos não desejáveis.

Um dos desafios que a globalização impõe ao homem é o desgaste dos recursos do planeta devido à lógica de que maiores padrões de consumo conduzem a uma sociedade melhor. O caráter multidisciplinar da Economia permite entender que, embora a globalização torne o mundo mais eficaz e produtivo, isso não significa que ele gere mais equidade. O foco no âmbito individual pode gerar um ambiente em que a distribuição dos ganhos seja assimétrica, formando um universo de perdedores e ganhadores.

Sen (2010) discute que no contexto das disparidades econômicas, o mundo globalizado necessita de esforços conjuntos para que a globalização seja menos destrutiva. Isto requer, portanto, investimentos em capital humano, como educação e qualificação profissional básica. Embora muitos países pobres tem logrado sucesso nesta área, como os países do Leste e Sudeste Asiático, apresentando melhores taxas de crescimento, outros como no Sul da Ásia e na África ficaram para trás. Fato que evidencia que a falta equidade de oportunidades acentua ainda mais o desigual progresso na área do desenvolvimento econômico e social em um mundo globalizado.

Outra implicação da globalização foge do tema das dificuldades econômicas. Quando ocorre uma evolução tecnológica, não se lamentam os métodos de produção e a tecnologia superados. Mas no caso da cultura, a extinção de antigos modos de vida pode trazer um profundo sentimento de perda para a sociedade. Para Sen (2010), ainda que esses novos meios se mostrem “mais aptos” para a economia, isto não significa, invariavelmente, que represente uma situação melhor que a anterior.

Esta é uma questão importante. E a própria sociedade é quem deve escolher o que fazer para preservar – se é que realmente quer preservar – as tradições e antigos modos de vida, ainda que isto represente um custo econômico significativo. Não existe a obrigatoriedade de se conservar todos os estilos de vida ultrapassados a um alto custo. Mas existe a necessidade das pessoas terem a liberdade de poder fazer parte desta escolha pelos meios dos usos dos direitos civis. Esta é mais uma razão para que se valorize elementos como a capacidade de ler e escrever, a educação básica, a capacidade da pessoa se informar – via veículos livres de informação –, eleições e plebiscitos. Portanto, quando se incorpora tradição e cultura nas escolhas das sociedades em geral, possivelmente se encontra uma resposta distinta daquelas evidenciadas estritamente pelo mecanismo de mercado.

Os aspectos culturais, porém, nem sempre incorrem em custos maiores. É possível obter benefícios quando o processo é realizado de maneira correta. De acordo com as Nações Unidas (2012), algumas cidades estão desenvolvendo vantagens comparativas destacando as suas raízes e heranças e explorando as suas identidades culturais. Isto evidencia um esforço destes centros urbanos em colocar a cultura e as tradições como elementos ativos na transformação social e

econômica. Em outras palavras, as cidades também podem contribuir para agregar valor à cultura, incorporando os bens culturais às pautas das discussões na sociedade.

Conforme Reis (2012), a globalização é caracterizada por uma acelerada e maior profundidade de transições, mobilidade dos ativos financeiros mundiais e o acesso de mercados antes inviáveis. Desta maneira o mundo no âmbito individual parece ficar cada vez maior, com o acesso a produtos, serviços e lugares e em tempo real. E, ao mesmo tempo, o mundo em si parece ficar mais próximo, devido à redução dos custos que as distâncias costumavam impor.

Portanto, não é possível classificar a globalização como uma força de natureza maléfica. A globalização inegavelmente permite o aumento de possibilidades de empregos, renda e consumo. Da mesma forma, promove o fluxo de ideias, inovações, interações humanas e aumento da fronteira de experiências das pessoas, podendo aumentar potencial criativo e cultural nas cidades. Por isso, é necessário que a sociedade discuta, se assim desejar, como esse processo se dará, para que as mudanças negativas globalizantes impactem as pessoas da maneira mais suave possível.

4.2 Capital Humano e a Força da Criatividade nas Cidades

Os novos acessos à tecnologias, a globalização, e as interações urbanas permitiram ao homem o avanço em diversas áreas do conhecimento. E, desta forma, a criatividade do homem passou a ser cada vez mais valorizada para a produção de riqueza e desenvolvimento, com a criação de bens tangíveis e intangíveis dentro da sociedade, evidenciando cada vez mais a importância do capital humano.

Assim surge o ramo da Economia Criativa, principalmente a partir dos anos 1990, que discute como a criatividade humana passou a ser um importante ativo econômico e social. Assim, esse estudo possibilita entender como os indivíduos exercitam a sua imaginação e exploram o valor provido por esta atividade. De acordo com Reis e Urani (2011, p. 31):

A Economia Criativa pode ser vista como um desdobramento da Economia do Conhecimento. [...] Em um mundo no qual os ciclos de desenvolvimento de produtos estão cada vez mais curtos e os bens e serviços estão crescentemente padronizados, os ativos intangíveis (incluindo a cultura) convertem-se em diferenciais econômicos.

Um dos traços únicos à condição humana é a capacidade de pensar de maneira abstrata. “A habilidade de imaginar, sonhar e construir modelos na mente antes de materializá-los traduz esta característica inerente ao homem. E, como as cidades são criações do ser humano, elas podem portanto refletir essa engenhosidade” (Lerner, 2012, p. 39). A partir desta ideia, é correto então considerar as cidades como ambientes propícios para a que as pessoas possam maximizar o seu potencial criativo. Quando isso acontece, surgem as chamadas cidades criativas.

4.2.1 Conceituando Cidades Criativas

O termo cidades criativas é vasto. Refere-se àquelas cidades que conseguiram transformar a criatividade humana no cerne do desenvolvimento econômico, social e humano. Reis (2012), reuniu os elementos conducentes deste conceito a partir das ideias de diferentes autores. Foi verificado que uma cidade criativa tem as seguintes características em comum:

- a) Em uma cidade criativa, há a supremacia dos valores intangíveis, fortemente calcados em cultura e inovação.

Diz-se que as cidades criativas possuem uma “áurea sensorial”. Reis (2012, p. 73) descreve-as como “se buscassem uma conciliação entre a racionalidade da cidade industrial e a fluidez dos fluxos globais pós modernos. [...] É aquele ambiente que a cidade gera e lhe dá um espírito próprio”;

- b) Elas se tornam um centro atraente para profissionais qualificados que estão dispostos a inovar, sejam elas inovações urbanas, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas ou até mesmo de visão de mundo. Porém, o objetivo das cidades criativas é promover os talentos locais, a atratividade de talentos externos é apenas uma consequência;
- c) Cidades criativas oferecem espaços para que as pessoas possam trocar experiências, conversas, expressões, etc. Neste ponto os espaços públicos tornam-se cruciais, pois a partir deles os cidadãos conectam-se à cidade e às outras pessoas;
- d) A gestão da cidade criativa constrói uma agenda que permita o diálogo entre governo, sociedade civil e empresariado. Os agentes assimilam as suas responsabilidades e passam a ser atuantes neste processo.

Neste contexto, o governo deve definir medidas regulatórias, definir objetivos de longo prazo e viabilizar projetos de infraestrutura; o empresariado investir em inovação, aportar recursos e agilidade; já a sociedade civil atua como o fiel da balança entre o público e o privado, garantindo a não supremacia dos mercados sobre os interesses sociais, a transparência pública e o cumprimento de metas governamentais;

- e) A cidade criativa, por fim, deve estar em contínuo processo de transformação.

A cidade criativa parece estar sempre alerta para se antecipar ou transmutar problemas em soluções. Por isso, o entendimento das cidades como um organismo complexo e repleto de conexões – que necessita a inclusão de áreas e grupos marginalizados – torna-se peça fundamental para o processo. Quando a cidade perde a capacidade de se renovar, ela está fadada ao fracasso. Um caso notório pode ser o de Detroit, antiga cidade industrial do ramo automobilístico, que sentiu o declínio do setor industrial e hoje sua população é praticamente metade daquela que presenciou o auge da cidade.

A educação formal também é um elemento fundamental para que essas características possam florescer. A formação de talento nas cidades dependerá,

obviamente, dos esforços para oferecer educação básica e superior de qualidade, dos investimentos em pesquisa científica e das inovações tecnológicas.

Quando esses fatores são combinados, as cidades são capazes de proporcionar desenvolvimento humano, econômico, social e cultural. Tornam-se ambientes onde as pessoas tem uma alta capacidade de extrair o seus potenciais e inovar, devido a rede de interações no espaço urbano proporcionado pela ampliação das liberdades e redução das privações.

Para Reis (2012, p. 65) uma cidade criativa pode ser aquela que consegue fazer com que a criatividade impulse o “desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida, fomentando fluxos de talentos, investimentos e inovações, quando gerada por uma política pública abrangente, multissetorial e com engajamento social.

4.2.2 Cidade Criativa: Uma Cidade Próspera

Uma cidade criativa é atraente para indústrias e pessoas criativas, tendo por base a capacidade de seus habitantes de colocar em prática a criatividade em um ambiente cultural e economicamente favorável. Como consequência, as indústrias e talentos sentem-se atraídos e tornam o ambiente ainda mais favorável para o surgimento local de explosões criativas, configurando um ciclo positivo.

Segundo Reis e Urani (2012), uma cidade criativa não privilegia o surgimento de uma classe criativa, ou de um grupo de pessoas. Ela foca seus esforços no todo, pois é sistêmica, integrada e incentiva a eclosão da criatividade de todas as profissões, de forma complementar. O sucesso das cidades criativas, como Barcelona, São Francisco e Londres, cidades que se tornaram ícones da criatividade, tem por base um processo de transformação constante, a presença de requisitos indispensáveis e uma essência profundamente local, que é o lhas da distinção.

Para Verhagen (2011), uma condição necessária para a promoção da criatividade em uma cidade é que ela precisa ser aberta. Em outras palavras, é um centro urbano convidativo e que possibilita que as pessoas pensem livremente, interajam e discutam. Verhagen (2011, p. 111) afirma que:

Todo mundo é criativo. Mas nem todos são capazes de usar essa criatividade de maneira eficaz e eficiente. É importante permitir às pessoas descobrir e usar seus talentos, deixa-las vivenciar o passado.

Portanto, é essencial que as pessoas possam desfrutar das suas liberdades substantivas. O surgimento de uma cidade criativa depende da capacidade das pessoas em diminuir suas privações. Fatores como acesso à educação, possibilidade do exercício dos direitos civis e a liberdade de expressão e do intercâmbio, são condições fundamentais para a criação de uma cidade criativa.

Ao mesmo tempo, a criatividade promove ganhos de produtividade. A criatividade não termina quando se faz uso desta, e isso é uma diferença crucial, quando comparado aos meios estritamente industriais de produção. A criatividade promove o desenvolvimento de ativos intangíveis, onde, segundo OCDE (2012), residem os maiores ganhos de produtividade das cidades. A criatividade também favorece o crescimento econômico e a geração de riquezas.

Por último, outra evidência do sucesso das cidades criativas é a promoção da sustentabilidade. Elas se preocupam com o problema da mobilidade urbana, meio ambiente e escassez dos recursos naturais. Para (Iversen, 2011), as cidades devem se preparar e gerar vantagens pelo uso de transportes modernos, atraentes e favoráveis ao meio ambiente, bem como a pensar em formas de produção de energias menos nocivas ao meio ambiente. Além dos ganhos ambientais, tais medidas podem tornar os negócios mais atraentes. Evidenciam-se, assim, as vantagens competitivas que as cidades podem obter quando focam políticas de preservação e sustentabilidade.

Pardo (2011) afirma que a cidade criativa é um sistema social, cultural e econômico e de natureza humana. A criação de oportunidades, prosperidade e riqueza está baseada na habilidade de gerar valor com a força das ideias, informação, conhecimento e talento. Desta maneira, as cidades criativa lançam mão de inovações urbanas, sociais e produtivas que alcançam a prosperidade de maneira sustentável.

4.3 Considerações Finais

Ao decorrer deste capítulo, foi analisado o principal fator gerador de vantagens competitivas e de criação de bem-estar das cidades – o capital humano. Cidades tem uma capacidade nata de gerar capital humano de forma mais eficiente e rápida, quando as liberdades das pessoas são respeitadas e garantidas.

Porém, tentou-se aqui abordar o tema do capital humano sobre os aspectos da Economia da Cultura da Economia da Criatividade. Isso tornou-se necessário pois, ao introduzir fatores que extrapolam a análise da educação formal, treinamentos e experiências profissionais, estes ramos da Economia permitem divagar sobre como o acesso à cultura e a promoção de ambientes criativos influenciam na formação de capital humano, aumentando a produtividade e promovendo a sustentabilidade e às liberdades.

5 CONCLUSÃO

Procurou-se discutir, neste trabalho, as cidades enquanto tecnologias que podem gerar bem-estar para a sociedade. Por isso, além dos enfoques econômicos tradicionais, este trabalho também procurou, de uma forma ou outra, abordar a discussão do tema dos centros urbanos por outros caminhos, como a análise das Liberdades, da Cultura e da Criatividade.

São claras as oportunidades que a Economia proporciona para aproximar os seus campos de investigação a uma análise multidisciplinar. E, se isto é possível em diversos ramos dessa ciência, não seria diferente com a análise dos aspectos de bem-estar na urbe.

Em primeiro lugar, foi definido bem-estar de acordo com um processo de ampliação das capacidades que os indivíduos desfrutam para tomar escolhas conscientes. Para esta investigação, isto foi necessário pelo caráter global desta abordagem. O foco nas liberdades permite que haja um diálogo com diferentes ciências sociais, sem distanciar-se das premissas da Economia. O que vale destacar é que este estudo não despreza os antigos conceitos formulados para descrever bem-estar. Todavia, para investigar aquilo que este trabalho se propõe, esta abordagem das liberdades parece ser mais adequada.

Constatou-se ainda que, mesmo que cada cidade apresente um modelo diferente para o desenvolvimento econômico e social, todas aquelas que lograram sucesso em suas políticas tinham algo em comum – elas propiciam um ambiente que diminui as privações humanas de diferentes naturezas. Um ambiente que as pessoas desfrutam de mais liberdade, portanto, permite mais interações humanas, que geram ideias, conhecimento e, possivelmente, mais desenvolvimento.

O maior ativo de uma cidade, portanto, são as suas pessoas, muito mais que suas redes de infraestrutura, prédios e construções. As construções, claro, são importantes para atender a demanda dos indivíduos e para potencializar suas capacidades, mas não são elas que conduzem uma cidade ao sucesso. O sucesso das cidades depende do sucesso de seus cidadãos.

É justamente neste ponto que se evidenciam as necessidades de se investir nas liberdades substantivas. Pessoas que conseguem usufruir de liberdades reais, como poder ler e escrever, ter participação e direitos políticos, ter acesso à saúde, à renda e ao emprego podem, de fato, levar uma vida que possam valorizar. E este é o elemento fundamental para o aspecto da geração de bem-estar.

Por este motivo que esta investigação cita o capital humano como talvez a principal fonte de geração de bem-estar nas cidades. Além de prover serviços com mais qualidade, as cidades constituem locais em que as ideias, as inovações e os ativos intangíveis apresentam um fluxo mais rápido e mais eficiente, devido à proximidade humana.

A cultura exerce um papel determinante para a formação de capital humano e, conseqüentemente, para a criação de bem-estar para a sociedade. Bens, culturais possuem um valor diferente do valor econômico, que usualmente é considerado para a decisão de distribuição e produção. Bens culturais são importantes para a análise do bem-estar, pois eles promovem valores, tradições, educação e outros fatores que podem melhorar a vida das pessoas. Foi observado, também, que a decisão de se preservar ou produzir bens culturais pode ser importante, se assim a sociedade decidir, ainda que isto envolva um custo econômico substancial. Cultura, da mesma forma, incentiva a criatividade.

A criatividade, como a cultura, é uma das conseqüências positivas de se investir nas pessoas. No mundo digital e altamente informacional, a criatividade humana passa a ser um dos ativos mais valorizados na sociedade. Isso acontece porque, ainda que os produtos advindos da criatividade possam ser copiados, a sua fonte é única, e dela podem sair inesgotáveis resultados. Quando a criatividade dentro de uma cidade torna-se um dos elementos chave no desenvolvimento socioeconômico resultando em movimentos culturais, inovações sociais e tecnológicas, envolvendo a sociedade como um todo e não apenas parte dela, é possível dizer que esta é uma cidade criativa.

A cidade criativa, como definida por esta investigação, é uma cidade que prospera. Ela promove a qualidade de vida, aumento de produtividade, serviços sociais de qualidade, igualdade social e sustentabilidade. Em suma, aposta nas liberdades das pessoas, evidencia a importância de uma imprensa livre, da cultura e da conscientização de diferentes setores da sociedade sobre as suas

responsabilidades para com a cidade. A cidade criativa, por fim, deve ter uma agenda de políticas públicas de acordo com os interesses da população.

As cidades demandam políticas públicas que revelem os interesses de longo prazo das pessoas. Elas precisam ter o objetivo de criar ambientes culturais, econômicos e sociais propícios para a formação de uma sociedade criativa, não apenas de grupos criativos. Quando as políticas públicas ajudam a cidade a se transformar continuamente, fortalecendo os laços entre as pessoas e o espaço físico, provavelmente essa sociedade logrará sucesso em promover o desenvolvimento e bem-estar.

A abordagem da Economia da Cultura e da Economia da Criatividade torna-se ainda mais importante devido a necessidade de se capturar a essência de cada cidade. Estes enfoques permitem um diálogo direto com outras disciplinas sociais e traz discussões importantes que ainda são pouco exploradas. Não existe uma fórmula, nem receita única para promover bem-estar e desenvolvimento. Mas debater a questão de como se dará o processo do desenvolvimento de forma ampla, com diversos setores da sociedade civil ativos, é um aspecto imperativo para alcançar êxito neste aspecto.

Portanto, a formulação de políticas públicas deve ser calcada em um processo que promova as liberdades e os direitos individuais. E assim como a própria cidade, este processo deve estar em constante transformação. Entender as particularidades de cada centro urbano e capturar este fenômeno com precisão pode ser a resposta para muitos problemas que as cidades enfrentarão na era massivamente urbana evidenciada-se no mundo.

É fato que as cidades têm inúmeros desafios para enfrentar. Contudo, de acordo com as ideias que este trabalho procurou abordar, os centros urbanos são, certamente, as soluções mais adequadas que o ser humano encontrou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Gary Stanley; MURPHY, Kevin Miles; TAMURA, Robert. Human Capital, Fertility, and Economic Growth. **Journal of Political Economy**. Chicago, v. 98, n. 5 p. 12-27, 1990. Disponível em:

<http://home.uchicago.edu/gbecker/papers/w3414_v5.pdf> Acesso em: 26 out.. 2012

BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BURDETT, Ricky; RODE, Philipp. Why Cities? Why Now?. In: _____ (Orgs.). **Living in the Endless City: The Urban Age Project** by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. Londres: Phaidon, 2011.

COHEN, Barney. Urbanization in Developing Countries: Current Trends, Future Projections, and Key Challenges for Sustainability. **Technology in Society**. v. 28, p. 63-80, 2005. Disponível em:

<http://www7.nationalacademies.org/dbasse/Cities_Transformed_World_Technology_InSociety_Article.pdf> Acesso em: 23 set. 2012

DIENER, Ed; SUH, Eunkook; LUCAS, Richard. Subjective Well-Being: Three Decades of Progress. **Psychological Bulletin**. v. 125, n. 2, p. 276-302, 1999. Disponível em:

<http://dipeco.economia.unimib.it/persona/stanca/ec/diener_suh_lucas_smith.pdf>

Acesso em: 15 out. 2012

FLORISSI, Stefano; VALIATI, Leandro. Construção de Lugares de Consumo e Práticas Culturais. In: CRIBARI, Isabela. REIS, Ana Carla Fonseca (Orgs.). **Economia da Cultura**. Recife: Editora Massangana, 2009, p. 64-77.

GLAESER, Edward Ludwig. Are the Cities Dying? **Journal of Economics Perspectives**. v. 12, n. 2, p. 139-160, Spring 1998. Disponível em:

<http://www.csus.edu/indiv/c/chalmersk/ECON180FA08/GlaeserDyingCities.pdf>

Acesso em: 17 out. 2012

_____. **The Triumph of the City: How Our Greatest Invention Make Us Richer, Smarter, Greener, Helthier and Happier**. New York: Penguin Books, 2011.

HUNT, Emery Kay **História do Pensamento Econômico: uma Perspectiva Crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IVERSEN, Lisbeth. Desenvolvimento Urbano, Clima e Meio Ambiente como Vantagens Compartivas. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. (Orgs). **Cidades Criativas: Perspectivas**. São Paulo: Garimpos de Soluções, 2011, p. 124-130.

JACOBS, Jane. **The Economy of Cities**. New York: Random House, 1969.

_____. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Tradução Carlos Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KRUGMAN, Paul. Increasing Returns and Economic Geography. **Journal of Political Economy**. Chicago, v. 99, n. 3, p. 483-499, 1991. Disponível em:

<<http://www.nber.org/papers/w3275>> Acesso em: 28 set. 2012

LAUTERT, Vladimir. ARAUJO, Nilton Clóvis Machado de. Concentração Industrial no Brasil no Período 1996-2001: Uma Análise por Meio do Índice de Ellison e Glaeser (1994). **Econ. Apl.** Ribeirão Preto, v. 11, n. 3, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502007000300002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 2 nov. 2012

LERNER, Jaime. Qualquer cidade pode ser criativa. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. (Orgs). **Cidades Criativas: Perspectivas**. São Paulo: Garimpos de Soluções, 2011, p. 54-60.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NAÇÕES UNIDAS, United Human Settlements Programme. **State of the World's Cities 2012/2013: Perspectives**. Nairobi, 2012. Disponível em:

<<http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3387>> Acesso em: 12 set. 2012

OECD. Intangible assets. In: OECD. **Measuring Innovation: A New Perspective**, OECD Publishing. 2010. Disponível em:

<http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/measuring-innovation/intangible-assets_9789264059474-6-en> Acesso em: 16 out.. 2012

PARDO, Jordi. Gestão e Governança nas Cidades Criativas. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. (Orgs). **Cidades Criativas: Perspectivas**. São Paulo: Garimpos de Soluções, 2011, p. 84-89.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades Criativas: da Teoria à Prática**. São Paulo: SESI-SP editora, 2012.

_____; URANI, André. Cidades Criativas – Perspectivas Brasileiras. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. (Orgs). **Cidades Criativas: Perspectivas**. São Paulo: Garimpos de Soluções, 2011. P.30-38

SCHULTZ, Theodore Willian. Investments in Human Capital. **The American Economic Review**. v. 51, n.1. p.1-17, mar. 1961 Disponível em:

<<https://webpace.utexas.edu/hcleaver/www/330T/350kPEESchultzInvestmentHumanCapital.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2012

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, Adam. **Uma Investigação Sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações**. ed. rev. São Paulo: Humus, 2008.

VARIAN, Hal Ronald. **Microeconomia: Princípios Básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VERHAGEN, Evert. Qualidade Líquida de Cidade. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. (Orgs). **Cidades Criativas: Perspectivas**. São Paulo: Garimpos de Soluções, 2011, p. 106-116.

WEBER, Alfred. **Theory of the Location of Industries**. Chicago: The University of Chicago Press, 1929, 256 p.